010. APELAÇÃO 0015396-95.2013.8.19.0021 Assunto: Caução / Contracautela / Medida Cautelar / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: DUQUE DE CAXIAS 7 VARA CIVEL Ação: 0015396-95.2013.8.19.0021 Protocolo: 3204/2017.00607734 - APELANTE: CARLOS DA SILVA FLORENTINO ADVOGADO: ANTONIO MARIA DE JESUS OAB/RJ-157059 APELADO: MUNICIPIO DUQUE DE CAXIAS ADVOGADO: CAROLINA GARCIA CAMPOS DE CARVALHO OAB/RJ-198070 APELADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO ADVOGADO: PATRICIA FELIX TASSARA OAB/RJ-066803 APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO ADVOGADO: RENATO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA OAB/RJ-097634 APELADO: GÁS VERDE S A ADVOGADO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB/RJ-095502 APELADO: COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA COMLURB ADVOGADO: VITOR GUEDES CAVALCANTI OAB/RJ-131908 **Relator: DES. ODETE KNAACK DE SOUZA** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. RITO ORDINÁRIO. CAUSA DE PEDIR QUE SE REFERE AO RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO SOCIAL, DE NATUREZA ASSISTENCIAL, INSTITUÍDO PELO FUNDO DE APOIO À INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES DO ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO, HAJA VISTA A DESATIVAÇÃO DESSEEM DECORRÊNCIA DO QUE DISPÕE A LEI Nº 12.305/2010, PREVENDO A ERRADICAÇÃO DE LIXÕES, VERBA ESSA QUE FOI PAGA AOS INCLUSOS EM LISTAGEM DE BENEFICIÁRIOS. LISTA FINAL, DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE LIDERANÇAS, QUE FORA REALIZADA MEDIANTE O CRUZAMENTO DE TRÊS LISTAGENS PRÉVIAS ELABORADAS: A PRIMEIRA E MAIS ANTIGA, PELA COMLURB; A SEGUNDA, PELA CONCESSIONÁRIA NOVO GRAMACHO, DATADA DE MARÇO/2010; E A TERCEIRA PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ESSA ACOMPANHADA PELO CONSELHO DE LIDERANÇAS E ELABORADA ENTRE JANEIRO E ABRIL/2012, COM O OBJETIVO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO ÚNICO DO GOVERNO FEDERAL E ACESSO AOS SEUS PROGRAMAS SOCIAIS. DECISÃO QUE INDEFERE A PROVA TESTEMUNHAL E, POSTERIORMENTE, JULGA NÃO COMPROVADOS OS FATOS QUE DEPENDERIAM DESSA MESMA PROVA, INCORRENDO EM CERCEAMENTO DE DEFESA (AGRG NO RESP 1067586/SP). ALÉM DISSO, A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO SE DEU COM BASE NA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE O AUTOR ESTARIA CADASTRADO JUNTO AO ÓRGÃO RESPONSÁVEL, PELO QUE NÃO PREENCHERIA AS EXIGÊNCIAS INSTITUÍDAS POR ESSE ÓRGÃO. CONTUDO, A DEMANDA TEVE COMO FUNDAMENTO A FALTA DE DIVULGAÇÃO E O ERRO NA ELABORAÇÃO DA LISTA DE BENEFICIÁRIOS, CONSTANDO, NA PETIÇÃO INICIAL, ENTRE OUTROS, O PEDIDO PARA A DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE CATADOR E PARA O ENQUADRAMENTO DO AUTOR NO FUNDO DE APOIO À INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES E CATADORAS DO ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO. ASSIM, RESTA EVIDENTE QUE O APELANTE NÃO ESTAVA CADASTRADO, ATÉ PORQUE O PROCESSO TEM COMO FUNDAMENTO A EXISTÊNCIA DE ERRO NA REALIZAÇÃO DA LISTAGEM, QUESTIONAMENTO QUE NÃO FORA ABORDADO NA SENTENÇA QUE, POR SUA VEZ, LIMITOU-SE A DESCREVER A FORMA COMO O CADASTRO ERA REALIZADO, MAS SEM ADENTRAR O MÉRITO DE SUA FALIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA E JULGAMENTO EXTRA PETITA QUE SÃO MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA. SENTENÇA DEVE SER ANULADA DE OFÍCIO, DETERMINANDO-SE O DEPOIMENTO PESSOAL DO AUTOR E A OITIVA DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS, TAMBÉM SE PERMITINDO A JUNTADA DE PROVA DOCUMENTAL SUPERVENIENTE. APELO PREJUDICADO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, ANULOU-SE A SENTENÇA, PREJUDICADA A APELAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

011. HABEAS CORPUS 0061227-93.2017.8.19.0000 Assunto: Alimentos / Prisão Civil / Liquidação / Cumprimento / Execução / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: PAVUNA REGIONAL 2 VARA DE FAMÍLIA Ação: 0012604-49.2014.8.19.0211 Protocolo: 3204/2017.00603742 - IMPTE: JOÃO RICARDO DE OLIVEIRA OAB/RJ-144151 PACIENTE: SIGILOSO AUT.COATORA: SIGILOSO **Relator: DES. ODETE KNAACK DE SOUZA** Funciona: Ministério Público Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

012. APELAÇÃO 0012032-52.2016.8.19.0202 Assunto: Exoneração / Alimentos / Família / DIREITO CIVIL Origem: MADUREIRA REGIONAL 4 VARA DE FAMÍLIA Ação: 0012032-52.2016.8.19.0202 Protocolo: 3204/2017.00597444 - APELANTE: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO TABELAR OAB/TJ-000003 APELADO: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 **Relator: DES. ODETE KNAACK DE SOUZA** Funciona: Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

013. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0058263-30.2017.8.19.0000 Assunto: Fixação / Alimentos / Família / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 18 VARA DE FAMÍLIA Ação: 0228441-09.2017.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00574485 - AGTE: SIGILOSO ADVOGADO: THAYANE CUNHA DO NASCIMENTO PAULINO OAB/RJ-196913 AGDO: SIGILOSO ADVOGADO: CHRISTIANNE DE SOUZA MOTTA SANTOS OAB/RJ-075693 ADVOGADO: ALEXANDRE AUGUSTO DOS SANTOS OAB/RJ-052756 **Relator: DES. ODETE KNAACK DE SOUZA** Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

014. APELAÇÃO 0002259-22.2014.8.19.0050 Assunto: Índice de 11,98% / Índice da URV Lei 8.880/1994 / Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: MIRACEMA 1 VARA Ação: 0002259-22.2014.8.19.0050 Protocolo: 3204/2017.00616714 - APELANTE: MARILZA BATISTA FIALHO RIBEIRO ADVOGADO: ALINE ROCHA DE AVILA OAB/RJ-173427 ADVOGADO: CAROLINA MARIA DE OLIVEIRA SANTIAGO VAZ OAB/RJ-170822 APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO APELADO: FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RIOPREVIDENCIA PROC. EST.: FLAVIO ASSAID SFAIR DA COSTA ROCHA **Relator: DES. ODETE KNAACK DE SOUZA** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PELO RITO ORDINÁRIO. CONVERSÃO DO CRUZEIRO REAL PARA A URV. SERVIDORA PÚBLICA INATIVA. PROFESSORA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO NÃO OCORRIDA (VERBETE SUMULAR STJ Nº 85). EFEITOS FINANCEIROS QUE SE PROTRAÍRAM NO TEMPO, REFLETINDO NAS VERBAS DOS MESES SUBSEQUENTES ATÉ A ATUALIDADE. ENTENDIMENTO PACIFICADO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES NO SENTIDO DE SER CONSIDERADA A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. DEVIDA A RECOMPOSIÇÃO DOS PREJUÍZOS OCASIONADOS PELA CONVERSÃO ERRÔNEA DOS VENCIMENTOS DE CRUZEIROS REAIS PARA A URV, HAVENDO LIMITAÇÃO NO QUE SE REFERE À ADESÃO DO SERVIDOR A NOVO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS COM ALTERAÇÃO DA REMUNERAÇÃO, CASO SEJA COMPROVADA A COMPENSAÇÃO DA PERDA REMUNERATÓRIA (EDCL NO RESP 1309755/SC). LEI ESTADUAL Nº 5.584/09 QUE NÃO TEVE O CONDÃO DE CORRIGIR A DISTRORÇÃO GERADA. PARTE RÉ QUE TERIA PERFEITAS CONDIÇÕES DE REALIZAR A PLENA INSTRUÇÃO PROCESSUAL, EM ESPECIAL NO QUE CONCERNE À DATA DO EFETIVO PAGAMENTO E CONVERSÃO DE URV DOS FUNCIONÁRIOS À ÉPOCA, JÁ QUE POSSUI BANCO DE DADOS INFORMATIZADO E SERVIDORES PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA. ALÉM DISSO, CABE AO ENTÉ FEDERATIVO O ÔNUS DE PROVAR O CUMPRIMENTO DE CERTOS CRITÉRIOS NO CÁLCULO DOS VENCIMENTOS DE SEUS SERVIDORES ANTE O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E TRANSPARÊNCIA, BEM COMO EM CUMPRIMENTO DO ARTIGO 373, INCISO II, DO NCPC. CÁLCULOS QUE PODEM SER ELABORADOS EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA A FIM DE SE APURAR A EFETIVA DEFASAGEM, CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ (AGINT NO RESP 1588943/RJ). PAGAMENTO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS PRETÉRITAS. INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETARIA. CONDENAÇÃO DA PARTE RÉ EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A SEREM FIXADOS NA FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA (ARTIGO 85, § 4º, INCISO II, DO NCPC). PRECEDENTES DO STJ E TJRJ. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.